



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III- GUARABIRA
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
CURSO DE GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

SUZANA FIDELIS DE SOUZA

AS MULHERES E O MERCADO DE TRABALHO

GUARABIRA

2016

SUZANA FIDELIS DE SOUZA

AS MULHERES E O MERCADO DE TRABALHO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador (a): Prof^ª. Dra. Edna Maria Nóbrega Araújo

GUARABIRA

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S719m Souza, Suzana Fidélis de
As mulheres e o mercado de trabalho [manuscrito] / Suzana
Fidelis De Souza. - 2016.
19 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2016.
"Orientação: Prof^a. Dr^a. Edna Maria Nóbrega Araújo,
Departamento de História".

1. Mulher. 2. Mercado de Trabalho. 3. Emprego. I. Título.
21. ed. CDD 801.95

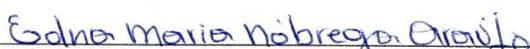
SUZANA FIDELIS DE SOUZA

AS MULHERES E O MERCADO DE TRABALHO

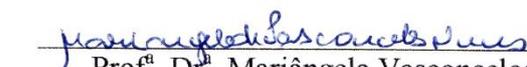
Artigo apresentado ao Curso de Graduação de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em História.

Aprovada em: 24/05/2016.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a. Dr.^a Edna Maria Nóbrega Araújo (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.^a. Dr.^a. Joedna Reis de Meneses
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.^a. Dr.^a. Mariângela Vasconcelos Nunes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho a Deus que ilumina os meus caminhos nessa jornada chamada “vida”; aos meus pais e ao meu cônjuge e a todos aqueles que depositam confiança, amizade e força, são eles: Familiares, amigos e professores.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por está sempre cuidando de mim, pela saúde e força de vontade para dar continuidade a este curso.

Aos meus pais e ao meu esposo por estar sempre ao meu lado permeando um caminho de esperanças e sonhos.

Aos professores do curso de História, que nos ensinam que, quem faz o verdadeiro mestre são leituras e dedicação. Toda a minha admiração e gratidão, pois contribuíram com o meu crescimento pessoal e acadêmico, de forma especial á professora Edna Maria Nóbrega Araújo, orientadora deste trabalho de conclusão do curso, pela paciência nas orientações, sempre com atenção.

Sei que são diversas as pessoas que neste momento merecem ser mencionadas, mas através destas que mencionei faço valer a minha extrema gratidão, aos que ajudaram e fizeram parte da minha vida pessoal e da minha jornada acadêmica.

“... a história serve para que o homem conheça a si mesmo - assim como suas afinidades e diferenças em relação aos outros. Saber quem somos permite definir para onde vamos.”

Caio César Bosch.
Por Que Estudar História?

AS MULHERES E O MERCADO DE TRABALHO

Suzana Fidelis de Souza¹

RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão sobre as mulheres e o mercado de trabalho onde encontram-se inseridas. Pode-se observar desde as diferentes atividades realizadas pelas mulheres, a relação do emprego e da carteira assinada, a remuneração de acordo com a ocupação e a escolaridade fazendo as comparações com os homens nas mesmas funções. Ressalta como aumentou o nível de emprego feminino se comparar os anos de 2003 a 2013, quando nesse ultimo mais de 40% de mulheres já encontrava-se no mercado de trabalho. Isso mostra uma mudança na sociedade bastante significativa de acordo com os indicadores do IBGE. O trabalho, teve como base os dados pesquisados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE.

Palavras chaves: Mulher; Mercado de trabalho; Emprego.

¹ Graduanda em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba- Campus III, Guarabira-Pb.
Email: suzana_fidelis@hotmail.com

AS MULHERES E O MERCADO DE TRABALHO

A nossa reflexão contempla a história da mulher nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI, “As páginas a seguir oferecem o frescor de uma estrutura na qual se desvenda o cruzamento das trajetórias femininas nas representações, no sonho, na história política e na vida social”. (DEL PRIORE, 1997, p. 8-9) por meio de inúmeras batalhas das quais ficaram registradas individualmente em cada corpo e também na produção historiográfica.

Nas últimas três décadas em que decorrem as décadas de 1970, 1980 a 1990 a historiografia brasileira mostra que a luta das mulheres por direitos iguais culminou em um processo de transformação social e política exigindo quebras de paradigmas, pois [...] As transformações da cultura e as mudanças de ideias nascem das dificuldades que são simultaneamente aquelas de uma época e as de cada indivíduo histórico, homem ou mulher. (DEL PRIORE, 1997, p. 9) Dentro do período histórico em que ambos estão vivendo.

A constituição Federal garante no “Artigo 5º, inciso I- Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”, garantindo a igualdade de direitos que homens e mulheres têm e que devem ser tratados dignamente, embora essa garantia estabelecida pela constituição não seja concretizada na prática se tornando omissa da realidade em que a mulher está inserida, homens e mulheres diferem-se na aparência física, psicológica e cultural, mas seus direitos são iguais, portanto as mulheres devem ser tratadas com igualdade em todo contexto em que ela faz parte.

No decorrer destas três décadas podemos compreender que a sociedade brasileira vivenciou inquieta a implantação de um texto institucional, ortogado pela constituição federal brasileira para que pudesse fortalecer as lutas dos movimentos sociais, onde as mulheres lutavam, por respeito, igualdade e liberdade.

Quando falamos em transformação social e política é necessário compreender que estas mudanças só vieram ocorrer décadas depois, porque a constituição federal de 1988

trás como marco a transição democrática dessa forma institucionalizando os direitos humanos no país, segundo, Piovesan, (2014).

O texto constitucional demarca a ruptura com o regime autoritário militar instalado em 1964, refletindo o consenso democrático “pós-ditadura”. Após vinte e um anos de regime autoritário, a Constituição objetivou resgatar o Estado de Direito, a separação dos poderes, a Federação, a Democracia e os direitos fundamentais, à luz do princípio da dignidade humana. O valor da dignidade da pessoa humana, como fundamento do Estado Democrático de Direito (artigo 1º, III da Constituição), impõe-se como núcleo básico e informador de todo ordenamento jurídico, como critério e parâmetro de valoração a orientar a interpretação do sistema constitucional. (PIOVESAN 2014, p. 5).

Fragmentar a mulher do seu reconhecimento na sociedade como parte atuante do desenvolvimento do país é renegar sua própria história, a história de tantas mulheres que dedicaram suas vidas ao desenvolvimento da sociedade e sua identidade, mesmo que inconscientemente deixada para trás, que a sua história sirva para reconstrução e análise de fatores sociais estabilizando como atores que desempenharam saberes, pertencimento social e cultural, atores da sua própria história. Assim as mulheres reafirmam sua resistência cotidiana de reconhecimento a fim de não renegar ou maquiagem sua própria história no decorrer do tempo, mas, sua afirmação como seres humanos.

A historiadora Mary Del Priori, no livro ‘Historia do amor no Brasil’ nos dá uma grande ênfase quando dialogamos com outros autores a exemplo de Joana Maria Pedro, Carla Pinsky, Piovesan entre outros, fazendo um resgate da história da mulher no decorrer do tempo e na atualidade tendo por objetivo falar da história da mulher, cujas “[...] histórias aqui contadas refletem as mais variadas realidades: o campo e a cidade, o norte, o sudeste e o sul. Os mais diferentes espaços [...]” (DEL PRIORE 1997, p. 8).

As mulheres travam uma história de luta por reconhecimento no decorrer do tempo sistematicamente o gênero masculino dominava o feminino, onde prevalecia a hierarquização do sexo forte enquanto que as mulheres eram submetidas a cuidar do lar, dos afazeres domésticos e da educação dos filhos “[...] os saberes sobre o corpo e o domínio do espaço da casa se configuram como lugares de dominações femininos, como espaços sagrados onde devem reinar os atributos ou papéis recortados para a mulher” (QUEIROS 2011, p.206), estereotipadas de sexo frágil, ao longo do tempo as mulheres eram submetidas a essas atividades, pois acreditavam que a mulher seria incapaz de desenvolver diversas atividades que eram atribuídas apenas aos homens sendo renegado o direito de trabalhar em espaços que só eram permitidos aos homens.

No início do XX, havia uma forte tensão sobre a mulher que trabalhava sobre a virgindade, a vida conjugal, o casamento e a prostituição. A virgindade era considerada como um cristal que devia ser preservado, havendo uma repressão sexual com a moral tradicional acerca do sexo. Na atualidade as mulheres conquistaram espaço em relação ao seu corpo, ao direito de escolha das suas relações conjugais.

Os preconceitos que cercavam o espaço feminino eram nítidos de acordo com Mary Delpriore, “[...] a mulher era vista como dona de casa e mãe”, havendo uma incompatibilidade com a mulher trabalhadora, já que as mulheres que trabalhavam deixavam de lado seus afazeres domésticos, a atenção e os cuidados com o marido ameaçando assim a organização doméstica e a estabilidade matrimonial, a mulher servia apenas para satisfazer os instintos masculinos, cuidar da casa e ter filhos.

Tidas como propriedade masculina. O crime passional era uma modalidade bastante presente no convívio familiar e principalmente nas camadas mais desfavorecida da sociedade e na maioria das vezes sem punição para os homens.

Hoje em dia as mulheres têm maior visibilidade ao mercado de trabalho, trabalhando em todas as áreas, entretanto essa visibilidade ainda se torna discrepante em relação ao salário que se torna ainda inferior ao do sexo oposto, como mostra os dados do IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vale salientar que mesmo a mulher recebendo menos que o homem essa diferença está diminuindo como consta nos dados a seguir.

O rendimento médio do trabalho das mulheres em 2011 foi R\$ 1.343,81, 72,3% do que recebiam os homens (R\$ 1.857,63). Esses valores indicam uma evolução no rendimento em relação ao ano de 2003, quando a remuneração média das mulheres foi de R\$ 1.076,04. Entretanto, pelo terceiro ano consecutivo o rendimento feminino mantém a mesma proporção (72,3%) em relação ao rendimento dos homens, em 2003 as mulheres recebiam 70,8% do que recebia, em média, um homem.

Entre 2003 e 2011, o rendimento do trabalho das mulheres aumentou 24,9%, enquanto que o dos homens apresentou aumento de 22,3%. (2012, p.16).

As mulheres eram marcadas com as funções domésticas e os cuidados com a família e com a casa, como mãe e esposa, sua inserção no mercado de trabalho era para atividades as quais julgavam pertencer a elas tidas como atividade inferiores aos homens, enfrentavam preconceitos nos setores masculinos de acordo com Joana Maria Pedro e Carla Pinsky.

Nesse processo, foram mais facilmente incorporadas ao mercado laboral quando assumiram ocupações para as quais eram consideradas hábeis ou vocacionadas (fiar, tecer, costurar, cuidar, servir) e enfrentaram maiores dificuldades quando foi necessário superar os preconceitos existentes,

sobretudo nos setores mais conservadores, tidos como tradicionalmente masculinos. (2012, p.127).

No decorrer do tempo as mulheres foram conquistando espaço no mercado de trabalho com as transformações econômicas e sociais, com o fim do regime monárquico e a intensificação da modernização no Brasil gerando aumento das mulheres no mercado de trabalho nas cidades e nos campos, nas indústrias de tecelagem, vestuários, manufaturas de cigarros, charutos entre outros, tanto as mulheres como as crianças na grande maioria filhos que eram levados com as mães “O Papel de uma mãe não consiste em abandonar seus filhos em casa e ir para a fábrica trabalhar, [...]” (DEL PRIORE, 2011, p.266), já nas construções civis, metalúrgica, cerâmica e setor de vidro a presença feminina era bastante reduzida.

As atividades exercidas pelas mulheres eram desvalorizadas, com baixo salário, ambiente inadequado e com jornada de trabalho de até quatorze horas diárias, sem nenhum descanso semanal, sendo tratadas como frágeis, indefesas, passivas e carentes de consciência política, “[...] mulheres participaram ativamente das lutas operárias, atuaram em mobilizações, paralisaram as fábricas, tomaram parte em piquetes, reivindicando a redução da jornada e melhores condições de trabalho”. (PEDRO; PINSKY, (2012, p. 128).

De acordo com Pitanguy e Barsted referente a este processo de construção de uma nova política na qual a imagem da mulher brasileira pudesse ter destaque observamos que muitas das pioneiras enfrentaram a eloquência dos discursos repleto de machismo.

Os autores Pitanguy e Barsted afirmam que:

As últimas três décadas foram marcantes para a história das mulheres brasileiras que alcançaram progressos que modificaram o seu cotidiano nas esferas pública e privada. As demandas feministas entraram na agenda política do Brasil graças à intensa e ininterrupta ação dos movimentos de mulheres. Cabe no entanto ressaltar que esses progressos não se deram de forma homogênea e democrática, considerando as diferenças existentes entre as mulheres, sobretudo em função de raça/etnia e classe social. (2011, p 15)

Atualmente as mulheres estão conquistando cada vez mais espaço, através da resistência diária, exercendo variadas funções em todo o âmbito de trabalho, progressivamente estão assumindo papéis que antes eram destinados aos homens, desmistificando a tradição de incapacidade da mulher de desenvolver certas atividades profissionais e exercendo todas as profissões destinadas aos homens com igual competência e fazendo parte de todas as esferas trabalhista, não só nas fábricas e no

campo, mas nas escolas, nos hospitais, no governo e enfim, entretanto as mulheres com carteiras assinadas ainda se tornam em menores quantidades relacionadas aos homens em diversas diferentes esferas trabalhista como mostra os dados do IBGE entre 2003 e 2011.

Essa análise considerou a posse de carteira de trabalho assinada para homens e mulheres, segundo os grupamentos de atividade nos quais estavam ocupados em 2011. Os resultados mostraram que dentre as mulheres ocupadas na indústria, nos serviços domésticos e nos outros serviços, a posse da carteira de trabalho assinada era inferior a verificada entre os homens. No caso da indústria, a diferença em 2003 era de 17,0 pontos percentuais (49,7% mulheres e 66,7% homens); em 2011 foi de 19,7 pontos percentuais (57,1% mulheres e 75,0% homens).

Em 2011, das mulheres ocupadas nos outros serviços, 45,3% tinham carteira assinada, dentre os homens, esse percentual foi de 54,8%. Na construção, grupamento com 94,3% do seu contingente formado por homens, 66,0% das mulheres tinham carteira assinada; para os homens, esta estimativa foi de 38,5%.

No Comércio, em 2003, menos da metade das mulheres tinham carteira assinada (42,2%), o mesmo, contudo, ocorrendo com os homens (38,2%). Já em 2011, essas participações passaram para 54,9% e 49,8%, respectivamente, de mulheres e de homens. Nos serviços prestados a empresas, 74,0% delas tinham carteira assinada em 2011, maior percentual alcançado pelas mulheres, dentre todos os grupamentos de atividade. Na administração pública, enquanto 41,2% das mulheres tinham carteira assinada, para os homens essa proporção foi de 28,3%. Ressalta-se que nos serviços domésticos, grupamento onde as mulheres representavam 95,1% do contingente, apenas 36,6% delas tinham carteira assinada, o menor percentual de mulheres com posse de carteira assinada. (2012, p.11).

Mesmo com a modernização em que o país passa no decorrer do século XX as mulheres sofriam discriminações e preconceitos por parte dos mais variados setores segundo Rago as mulheres eram tidas como “Frágeis e infelizes para os jornalistas, perigosas e indesejáveis para os patrões, passivas e inconscientes para os militantes políticos, perdidas e degeneradas para os médicos e juristas.” (2004, p.479) Sua resistência era um processo diário contra a desvalorização moral e social.

Com o fim da primeira guerra mundial que possibilitou que as mulheres assumissem as atividades exercidas pelos os homens com a falta de mão de obra masculina haja vista a ida dos homens para a guerra, com a volta dos homens a mulher deveria voltar-se a dedicar-se as tarefas do lar e a maternidade, profissões como floristas, operárias, doceiras entre outras eram associadas à perdição moral e a prostituição como ressalta Joana Maria Pedro e Carla Pinsky “O trabalho feminino passou a encontrar maior oposição por parte de diferentes grupos sociais e instituições, revestida de preocupações morais que se somavam a argumentos religiosos, jurídicos e higienistas” (2012, p.133). As mulheres não eram mais necessárias no mercado de trabalho? Deveriam deixar que os homens assumissem todos os espaços? As mulheres resistiram, reivindicaram, e lutaram

por melhores condições trabalhistas, buscando legitimidade aos seus direitos e tornando-se necessárias em todos os campos, participando ativamente de lutas operárias: mobilizações, paralisações nas fábricas, reivindicações a redução da jornada de trabalho e melhores condições trabalhistas.

No início do século XXI essa realidade ainda está associada à luta entre as classes operárias e a discriminação de gêneros observada acerca do trabalho homens X mulheres, e os dados ficam alarmantes em relação às mulheres negras, de baixa renda e com pouca escolaridade, sendo vítima da discriminação e violações dos seus direitos, como mostra os dados do IBGE relacionado à escolaridade.

Quando analisada a participação de homens e mulheres por formas de ocupação, percebeu-se que as mulheres têm participação superior ou semelhante a dos homens, tanto quando a escolaridade é de 11 anos ou mais de estudo ou de nível superior.

Em 2011, os maiores percentuais nos dois níveis de escolaridade foram registrados pela população feminina ocupada entre os militares e funcionários públicos estatutários - de 93,3%, quando o perfil educacional dessas mulheres era de 11 anos ou mais de estudo e de 60,6%, quando de nível superior completo. Outro fato a destacar, é a participação das mulheres com 11 anos ou mais de estudo, no universo total da população ocupada feminina com carteira assinada no setor privado. Para elas, a participação foi de 77,5%; enquanto para eles, esse indicador foi de 58,9% - uma diferença de 18,7 pontos percentuais em 2011. No ano de 2003 essa diferença havia sido de 20,3 pontos percentuais. Em 2011, a proporção de homens trabalhadores domésticos com 11 anos ou mais de estudo (23,8%) era superior a das mulheres com mesma escolaridade ocupadas nesse trabalho (19,2%), indicando que, apesar de nesse trabalho a presença ser majoritariamente feminina, a proporção de homens com pelo menos o ensino médio era maior que a das mulheres. (2012, p.9)

Podemos comprovar isso através dos direitos legitimados as mulheres no decorrer do tempo, pois as mulheres ocupavam sempre os trabalhos tidos como inferiores aos dos homens como também os trabalhadores domésticos entre eles estão: “[...] profissionais responsáveis pela limpeza da residência, lavadeiras, passadeiras, babás, cozinheiras, jardineiros, caseiros de residências na zona urbana e rural, motoristas particulares e até pilotos de aviões particulares” (Portal G1, 2015), conquistaram a aprovação da Lei complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, garantindo aos empregados domésticos que na grande maioria são as mulheres, o direito de ganhar por horas extras trabalhadas, como também FGTS, Adicional noturno, Indenização em caso de despedida sem justa causa, Seguro desemprego, Salário família, Auxílio creche e pré-escola, seguro contra acidentes de trabalho.

Além do salário inferior as mulheres sofriam com os maus tratos e assédio constate pelos seus patrões, com as pressões exercidas pelo operariado por volta dos anos de 1919 como fala Joana Maria Pedro e Carla Pinsky. (2012, p.129)

[...] vinculadas a preocupações de ordem moral, aparecem as primeiras medidas regulamentadoras do trabalho feminino, proibindo a jornada noturna das mulheres e a atividade durante o último mês de gravidez e o primeiro do puerpério. Contudo, essas medidas geraram ambigüidades e contradições: ao proteger as mulheres por considerá-las frágeis e vulneráveis, acabaram provocando demissões e dificultando a inserção feminina no mercado de trabalho. [...].

Na atualidade as mulheres ainda lutam contra as demissões por motivos de gravidez, assédios sexuais e limitações profissionais, conquistaram o direito de participar durante os seis primeiros meses da vida do seu bebê, entretanto esses direitos muitas vezes não são colocados em prática perpetuando-se a luta de classe até os dias atuais, onde cabe as mulheres conciliar as atividades domésticas com as profissionais, as mulheres ainda são vítimas de assédios por parte de muitos patrões e de maus tratos, estando a mercê da violência doméstica.

Em relação à violência doméstica, o trabalho e a autonomia financeira para a mulher é de fundamental importância como podemos observar no depoimento abaixo:

A autonomia financeira é um dos principais fatores que ajudam as mulheres vítimas de violência doméstica a romper com o ciclo de agressão, segundo um estudo feito na Paraíba pelo Cunchã Coletivo Feminista. A pesquisa qualitativa, feita com mulheres de Campina Grande e João Pessoa, mostrou que as vítimas de violência se sentem mais seguras para deixar a relação com o agressor quando têm uma profissão que garanta uma renda para sobrevivência.

De acordo com Anadilza Maria Paiva, coordenadora do eixo de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher do Cunchã, antes da autonomia, as mulheres apontam a segurança como ponto crucial para o rompimento. “Acompanhamos mulheres que estão em processo de rompimento e outras que já romperam com o ciclo e todas elas relatam que primeiro precisam garantir a segurança delas e dos filhos, pois sentem medo de morrer e de sofrer ameaça dos agressores. Em seguida elas falam que a autonomia econômica é fundamental para garantir moradia, alimentação e outros fatores”, disse. (Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/02/autonomia-financeira-ajuda-mulheres-superar-violencia-domestica-na-pb.html>. Acesso em: 20 de abril de 2016).

A segurança do trabalho dá segurança para que a mulher possa ter condições de viver sozinha, com o seu próprio salário e tenha coragem de enfrentar o companheiro e deixar de se submeter à violência cotidiana.

De acordo com a CLT- Consolidação das Leis do Trabalho, ficou estabelecido a proteção ao trabalho das mulheres a equiparação salarial entre os gêneros, entretanto vale salientar que, essa busca por equiparação salarial perpetua até os dias atuais e as posições de maiores prestígios ainda ficam reservada na grande maioria aos homens.

O rendimento de trabalho das mulheres, estimado em R\$ 1.097,93, continua sendo inferior ao dos homens (R\$ 1.518,31). Em 2009, comparando a média anual dos rendimentos dos homens e das mulheres, verificou-se que, em média, as mulheres ganham em torno de 72,3% do rendimento recebido pelos homens. Em 2003, esse percentual era 70,8%. Considerando um grupo mais homogêneo, com a mesma escolaridade e do mesmo grupamento de atividade, a diferença entre os rendimentos persiste. Tanto para as pessoas que possuíam 11 anos ou mais de estudo quanto para as que tinham curso superior completo, os rendimentos da população masculina eram superiores aos da feminina. Verificou-se que nos diversos grupamentos de atividade econômica, a graduação superior não aproxima os rendimentos recebidos por homens e mulheres, pelo contrário, a diferença acentua-se. No caso do Comércio, por exemplo, a diferença de rendimentos para a escolaridade de 11 anos ou mais de estudo é de R\$ 616,80 a mais para os homens. Quando a comparação é feita para o nível superior, ela é de R\$ 1.653,70 para eles. (Mulheres no Mercado de Trabalho. IBGE, 8/03/2010).

Mesmo exercendo a mesma atividade, trabalhando a mesma carga horária, possuindo a mesma escolaridade, a mulher ainda recebe um salário inferior ao do homem.

Analisando a participação das mulheres ocupadas nos sete grupamentos de atividade apontados pela PME, observou-se que nos grupamentos que incluem a Indústria, Construção, Comércio, Serviços prestados a empresas e Outros serviços, elas eram minoria. A participação delas era maior nos grupamentos que incluíam a Administração Pública e nos Serviços domésticos, neste último elas eram quase maioria absoluta. O gráfico abaixo mostra a participação de homens e mulheres nos sete grupamentos de atividade. (Mulheres no Mercado de Trabalho. IBGE, 8/03/2010).

94,6%, dos serviços domésticos são realizados por mulheres, enquanto apenas 5,5% são por homens. Na indústria os homens representam 63,4% enquanto as mulheres são 36,4, Na construção civil 94,9% são atribuições dos homens e as mulheres apenas 5,1%, no comércio o quadro não possui tanta diferença, mas os homens ainda são maioria 58,8% são homens e mulheres apenas 41,2% Serviços Prestados a empresas 60,1% são realizados por homens e 39,9% por mulheres, Já na administração pública os homens ocupam 36,8% e as mulheres 63,6% e outros serviços os homens ocupam 59,2% e as mulheres 40,8%. (Mulheres no Mercado de Trabalho. IBGE, 8/03/2010).

De acordo com pesquisa do IBGE de 2013 revelou que a “participação das mulheres na população ocupada praticamente não se alterou, passando de 45,6% em 2012

para 46,0% em 2013. Ressalta-se que no confronto 2003 (43,0%), houve elevação significativa da participação delas no mercado de trabalho”. Ou seja, entre 2012 e 2013, aconteceu um pequeno aumento da participação mulher no mercado de trabalho, porém, quando observamos a comparação com 2003, a diferença é significativa, quando mais de 40% de mulheres começaram a trabalhar. Isso mostra uma mudança na sociedade bastante significativa. (Indicadores IBGE, 2003/1013, p. 16).

Entre outros serviços mais presentes ao longo da história das mulheres podem-se observar as mulheres feirantes, as vendedoras de lanches, doces, flores, artesanato, entre outras, que trabalham de forma informal para poder ganharem o seu dinheiro e sustentar suas famílias. Essa prática continua presente na nossa atualidade. Como afirma Pedro e Pinsky.

O aumento considerável da população urbana gerou novas oportunidades para o crescimento das atividades comerciais e de abastecimento. Multiplicaram-se os estabelecimentos de pequeno e médio porte como armazéns, açougues, adegas, quitandas, vendas, bares e botequins. A participação de mulheres nesse tipo de negócio foi, desde o início, determinante. Vários desses estabelecimentos eram, inclusive, conhecidos pelos nomes de suas proprietárias. (2012, p. 129).

Essas atividades se perpetuaram através do tempo e se tornam bastantes presentes nas feiras brasileiras, mostrando a vida de muitas mulheres que travam uma luta diária pela sustentação de suas famílias.

No comércio de rua, entre os vários tipos de ambulantes, muitas mulheres comercializavam verduras, legumes, frutas, flores, ovos, batatas, cebolas, aves, carnes, peixes, leite, pão, entre outros produtos. Algumas vendas eram eventuais, como a oferta de um excedente disponível ou sobras da produção de quintal. (PEDRO; PINSKY, (2012, p. 129).

O trabalho de informal traz uma instabilidade muito grande para as famílias nesse contexto para as mulheres, pois tudo se torna muito variante de acordo com as vendas dos seus produtos e os seus ganhos, segundo Scherer.

[...] o mercado informal é o desaguadouro de quase toda a força de trabalho que sai à procura de emprego, tentando ganhar a vida de qualquer jeito. Muitas vezes os trabalhadores desempregados desistem de procurar emprego no setor formal por falta de condições financeiras para custear o transporte, lanche, etc. Na informalidade caracterizam-se a um só tempo pela insegurança e aleatoriedade, mas, por outro lado, inauguram formas alternativas de sociabilidade... (SCHERER, 2004, p. 139).

É importante destacar, que mesmo as mulheres tendo mais acesso ao ensino, os homens possuem uma maior participação no mercado de trabalho com carteira assinada.

Enquanto 61,2% das trabalhadoras tinham 11 anos ou mais de estudo, ou seja, pelo menos o ensino médio completo, para os homens este percentual era de 53,2%. Destaca-se ainda que a parcela de mulheres ocupadas com curso de nível superior completo era de 19,6%, superior ao dos homens, 14,2%. Por outro lado, nos grupos de anos de estudos com menos escolaridade, a participação dos homens era superior a das mulheres. [...]

Na comparação por sexo, verificou-se que em todas as categorias apontadas pela Pesquisa Mensal de Emprego, a exceção da de trabalhadores domésticos, o percentual de mulheres com 11 anos ou mais de estudo ou com curso superior completo era maior que o dos homens. (Mulheres no Mercado de Trabalho. IBGE, 8/03/2010).

Como podemos observar ao longo da história a situação de trabalho das mulheres foi sempre muito complexa, não tem o reconhecimento da sociedade e mesmo assim não desiste da luta. Segue firme, em busca de seus direitos.

A pesquisa realizada a partir do IBGE aponta que a mulher passou a ocupar mais espaços nos diversos setores do trabalho, e mesmo com um nível de escolaridade superior aos homens ainda não conseguem ter salários e cargos iguais.

Acredito que, a partir do momento que colocamos em evidência a história das mulheres estamos contribuindo para dá visibilidade ao que apesar de ser visível, é silenciado pela nossa sociedade. Até quando vamos vivenciar as desigualdades de gênero dentro dos setores de trabalho?

ABSTRACT

WOMEN AND THE LABOUR MARKET

This article presents a reflection on women and the labor market which are inserted . It can be seen from the various activities carried out by women , the relationship of employment and a formal contract, the remuneration according to occupation and education making comparisons with men in the same functions . Highlights how increased female employment level comparing the years 2003-2013 , when that last more than 40% of women have found themselves in the work market. This shows a change in the very significant partnership agreement with the IBGE

Key word: Woman; Job market; Employment.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Diogo. **Autonomia financeira ajuda mulheres a superar violência doméstica na PB.** Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/02/autonomia-financeira-ajuda-mulheres-superar-violencia-domestica-na-pb.html>. Acesso em: em 11/04/2016.

DEL PRIORE, Mary. **História do Amor no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2011.

LINS, Marleide (org) **Identidades e diversidade Cultural.** Teresina: Edições Avant garde/ FUNDAC, 2011.

Pesquisa Mensal de Emprego. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. www.ibge.gov.br -IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego. 2003-2011.

Indicadores IBGE. Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre 2003-2013. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2013.

Mulher no Mercado de trabalho. Pesquisa Mensal de Emprego - PME , IBGE. 08 de março de 2010.

PEDRO, Joãna Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). **Nova História das Mulheres.** São Paulo: Contexto, 2012.

PEC das domésticas. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2015/06/pec-das-domesticas-leia-perguntas-e-respostas-e-tire-suas-duvidas-sancionado.html>. Acessado em 11/04/2016.

RAGO, Margareth, “Trabalho feminino e sexualidade”. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das Mulheres do Brasil.** São Paulo: Contexto, 2004.

SCHERER, Elenise Faria. “Desemprego, trabalho precário e des-cidadanização na Zona Franca de Manaus”. **Revista Somanlu**, ano 4, n. 1, jan. a jun. de 2004.